

EUA consultam bancos para rever dívida

O principal problema é saber quem paga as perdas dos bancos com a redução da dívida

MOISÉS RABINOVICI
Correspondente

WASHINGTON — Um importante credor do Brasil informou ontem que o Departamento do Tesouro, em Washington, tem consultado vários banqueiros de Nova York, nas últimas semanas, sobre modificações que podem ser feitas nos regulamentos bancários norte-americanos, para facilitar uma nova estratégia para o tratamento da dívida externa.

Uma das modificações sob exame, segundo um funcionário do governo americano, permitiria que os bancos se sintam mais atraídos a desenvolver mecanismos de redução voluntária da dívida.

"O presidente eleito George Bush está dando demonstrações de que conhece o acordo feito entre o Brasil e os bancos" — acrescentou o grande credor do Brasil, justificando: "Seus dois princípios anunciados — o da redução voluntária da dívida e a injeção de dinheiro novo — estão no pacote que concluímos com o governo brasileiro, em setembro".

Para este credor, as declarações de George Bush "não foram uma surpresa. O governo norte-americano", acrescentou, "está obrigado, por lei, a proceder a uma revisão da estratégia da dívida, apresentando as suas conclusões para o Congresso, até 23 de fevereiro".

O banqueiro preferiu não falar diretamente dos Estados Unidos, mas deu um exemplo canadense de como a mudança na legislação pode facilitar o tratamento da dívida. "A legislação do Canadá requer que os bancos depositem em suas reservas 45%, de qualquer empréstimo que fazem a certos países, entre eles o Brasil. Isso é um problema real nas negociações brasileiras", afirmou.

"A melhor maneira de encorajar mais empréstimos e redução voluntária da dívida é dar um papel mais importante ao Banco Mundial, com quem podemos acertar mecanismos de co-financiamento ou financiamento paralelo", defende este grande credor.

Uma fonte do Banco Mundial, quando consultada ontem sobre essa participação maior numa nova estratégia para a dívida, afirmou que há contatos para marcar uma reunião entre o presidente do banco, Barber Conable, e o secretário do Tesouro, Nicholas Brady. Este encontro entraria dentro do programa de consultas sobre a nova estratégia para a dívida do

próximo governo norte-americano. O Banco Mundial está defendendo uma revisão que atribua uma grande ênfase na redução voluntária da dívida dos países do Terceiro Mundo.

Um banqueiro europeu, consultado ontem, acha que o encorajamento a um perdão parcial da dívida, ou a uma redução voluntária da dívida, é, basicamente, um problema de impostos.

"Existem países em que um abatimento da dívida pode ser inteiramente absorvido como prejuízo, e, então, deduzido do Imposto de Renda. Nos Estados Unidos isso também acontece, mas em quantidades menores. A redução da dívida não oferece vantagens. O que pode estar sendo examinado agora é uma legislação que permita aos bancos absorver como prejuízo o deságio na venda dos papéis da dívida. Se os bancos aceitarem o preço da dívida no mercado secundário, vão perder muito dinheiro", entende o banqueiro europeu.

Para este banqueiro, é difícil que o Congresso norte-americano aprove qualquer medida que transfira o prejuízo dos bancos para os contribuintes. Mas não acha impossível, levando em conta a preocupação do presidente eleito George Bush com as democracias no Hemisfério, que estariam ameaçadas com o agravamento do problema da dívida externa.